

# HISTÓRIA DO ENSINO MILITAR: DO ILUMINISMO POSITIVISTA À NORMALIZAÇÃO BIOPOLÍTICA

Gabriel Rodrigues Leal<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo procura entender um fenômeno histórico a partir de um ponto de vista teórico centrado nas “artes de governar” de Michel Foucault, pois, consideramos como problemática a passagem de *sistemas* de ensino no início do século XX com o ideal de profissionalização do Exército. Tal questão implica diretamente na formação dos oficiais de polícia, doravante, fortemente influenciados por toda essa cultura escolar e mentalidade tecnicista, primeiro alemã e depois francesa. Cumpre dizer que alinhamos a hipótese de que tal mudança de *sistema* é mera cortina de fumaça de uma mudança mais ampla e profunda, que se adere ao controle da sociedade por meio do Estado Policial, que culmina, curiosamente, na ditadura Vargas. Ou seja, trata-se de um texto teórico fundado na leitura estrutural de texto filosófico que tem como objetivo lançar luz sobre o processo de despolitização do quadro pensante dos órgãos de Defesa e Segurança Pública, em benefício, insisto, duma suspeita *profissionalização*. Acreditamos que com a utilização das obras de Jheovah Motta e Leonardo Trevisan poderemos discutir o ensino policial-militar em reflexo, como também, impossível não relatar, muito brevemente, acontecimentos históricos que permeavam o Brasil.

**Palavras-chave:** *Biopolítica - Ensino policial-militar - História - Currículo.*

## ABSTRACT

This article seeks to understand a historical phenomenon from a theoretical point of view centered on the "arts of government" Michel Foucault therefore consider as problematic the passage of educational systems in the early twentieth century with the idea of professionalizing the army. Such a question directly involves training of police officers, now strongly influenced by this whole school culture and technicist mentality. It must be said that lined the hypothesis that such a system change is a mere smokescreen for a broader and more profound change, clinging to control of society by the State Police, which culminates interestingly, the dictatorship Varga. Ie, it is a theoretical text that aims to shed light on the process of depoliticization of the thinking framework of the organs of Defense and Public Security, the benefit, I stress, a suspected professionalization. We believe that with the use of the works of Jheovah Motta and Leonardo Trevisan may discuss the military police school in reflection, but also impossible not to report very briefly the historical events that permeated Brazil.

**Keywords:** *Biopolitics - Teaching military police - History - Curriculum.*

---

<sup>1</sup>Capitão da Polícia Militar de Mato Grosso, bacharel em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde, mestre em educação pela UFMT e doutorando em educação pela PUC/SP.

## INTRODUÇÃO

Na Revista do Exército Brasileiro, que celebra os 200 anos do ensino militar no Brasil, se lê que, “a injusta e desorientada Revolta da Vacina de 1904, demonstrou o rompimento dos três pilares da instituição militar: a disciplina, a hierarquia e o moral” (CÂMARA, 2011, p.40). A Revista sublinha também que “muitos daqueles jovens haviam sido convencidos pelos mestres positivistas de que, segundo Comte, o mundo caminhava para um ambiente sem guerras, justificando serem desnecessárias forças de defesa” (*Idem*, p.41). Linhas à frente, agora em contraponto, faz menção às reformas no ensino militar – desarticuladora da formação comteana –, dizendo que: “no afã de fortalecer a *coesão da força* (...) demonstram a preocupação de inocular na consciência de cada ‘alumno’ [sic] ou de cada cadete (...) o que se pode interpretar como um sistema de crenças, *na missão, no chefe, no Exército e em si próprio*” (*ibidem*, p.41).

Situado nessas informações, tão ligeiras quanto sutis, quero adiantar brevemente nesta introdução, que o militarismo como o conhecemos hoje nas instituições militares e policiais-militares, grosso modo, “o militarismo pós-reformas”, representa um “paradigma” no sentido de Kuhn diria, ou, à Foucault, um “regime de veridicção”, que se instaura como limiar de positividade de um novo discurso de formação militar do Exército e, quase que simultaneamente, policial-militar, diria mais até, como “a” emergência do militarismo nos – digamos anacronicamente – “aparelhos de repressão” existentes até então. Tal inflexão ocorre ou “ocorreria”, porque suspeito, no interesse da *profissionalização* do oficial e do soldado-cidadão, elos políticos de coesão nacional de uma pátria entrincheirada entre monarquistas e republicanos, portanto, dividida e dificilmente governável.

O que saliento a partir desse quadro histórico que julgo problemático neste artigo, ou melhor, aonde estou levando o leitor?

Vejamos. Com as reformas no ensino militar após a Revolta da Vacina, para citar apenas um marco histórico relevante, o Exército brasileiro passou a buscar um sentido distinto daquele pretendido até ali em suas escolas de formação. Bem Mais. Com essas reformas, buscou-se uma drástica despolitização da formação, quem

sabe por hipótese “contra-histórica” que assumo aqui, um engajamento profundo dos futuros chefes militares dentro de uma subjetividade produzida por técnicas biopolíticas – para usar Foucault de vez – que os ajustassem à nascente população republicana, enraizada na oligarquia, e a ideais de unidade do Brasil como nação, com valores e símbolos coesos, tudo isso lembro, inexistente até aquele momento histórico.

Ou seja, fora com a eclosão da Revolta da Vacina, essa “preocupante” revolta contra a saúde pública que deveria ser controlada sanitariamente pelo *poder de polícia* fardado, em que os pilares institucionais estruturalmente abalados, “passam a exigir” doravante – por meio de artífices alemães e franceses –, novos limiares de “ação pedagógica”, isto é, uma nova forma de discurso que conferisse legitimidade a formação escoradana profissionalização de corpos técnicos e apolíticos, por assim dizer.

Para usar uma figura de linguagem, observa-se aí, nesta passagem entre “ensinos”, que o amálgama que liga o republicanismo positivista com o profissionalismo franco-germânico posterior, marca uma coloração que, longe de assumir uma tênue passagem tonal como numa evolução em *degradê*, baseada no suposto progresso das ciências de ensino, traz à vista, no entanto, um desaparecimento expressivo do último tom, tornando, dessa forma, a próxima tonalidade, pós-1904, em tom profundamente distinto do anterior, contraditório até, a tendência estabelecida historicamente. Pensando ainda nessa passagem de “formas de ensino”, agora, com Foucault, no limite, teríamos uma assunção estratégica do Estado que se utiliza(ria) de novas técnicas de controle para operar um novo sistema político, o republicano em curso na modernidade iluminista, noutros termos, no interior da *história da governamentalidade* de Foucault.

Resumindo. O militarismo como prática naturalizada nas instituições de repressão, longe de representar uma dinâmica de profissionalização desses aparelhos, como se pretendeu no discurso, teve, de outro lado, o viés de conduzi-lo como tática de sujeição e controle social, tanto endogenamente para com seus membros, quanto exogenamente, espreado-se por todo o corpo social,

biopoliticamente falando, no melhor exemplo do *poder de polícia* sanitário da vacinação.

Simultaneamente, diante desse cenário e dando um salto histórico, é preciso escovar a contrapelo a história desse militarismo nas polícias do Brasil, pois, enganar-se-ia aquele que pensasse que o militarismo em nossas polícias, julgado esse quadro, estaria ligado a uma briosa ética das virtudes à la Esparta, a uma moral quixotesca do herói-guerreiro e, ao que mais visivelmente se percebe pelas fardas e petrechos, um útero aristocrático esculpido por espadas, patentes, insígnias e empolamentos rituais de toda sorte, cujo Caxias seria o arquétipo.

Por conseguinte, quero olhar essa passagem na “história do ensino militar” por meio de dois autores-guias, por assim dizer. O primeiro, o general-de-divisão Jehovah Motta, e seu clássico “formação do oficial do Exército”, e o professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Leonardo Trevisan, e seu “Obsessões patrióticas”.

No que se refere a Foucault, faço uso de alguns cursos ministrados no *Collège de France*, sobretudo, “segurança, território e população” de 1978, mas não só, como aponta a bibliografia. A metodologia de leitura é estrutural, conforme a ordem das razões do texto foucaultiano. Deixo, ao final deste artigo, alguns pontos de suspeita ao próprio objetivo traçado, e aliás, qual seria ele: que o militarismo se encontra como estratégia de poder para controle da população, mais, sua normalização biopolítica. Contudo, torço minhas próprias hipóteses ao fim deste artigo, suspeitando por último da própria suspeita. Enfim, é bom seguirmos com essa discussão.

## OS MILITARES E A VIDA PÚBLICA: UM PANORAMA GERAL DOS ANTECEDENTES E DA RUPTURA

O historiador da educação Francisco Larroyo diz que “a Revolução Francesa não foi somente uma revolução política; foi uma revolução social no mais amplo sentido do termo: afetou a vida religiosa, as instituições econômicas, os ideais da educação” (LARROYO, 1974, p.563), nada mais seguro, é certo. Ademais, junto com a Revolução Francesa nasce o conceito de *educação política*, onde, “é preciso que a vontade geral seja reta e para consegui-lo é necessária que seja esclarecida e instruída” (LARROYO, 1974, p.564), dizia o revolucionário Talleyrand, ou seja, é

nessa atmosfera iluminista que a educação ganhava sentido em fins do Século XVIII e inícios do XIX.

Por sua vez, a vida militar no Brasil até a primeira década do século XIX praticamente se confundia com toda e qualquer atividade política significativa, em outras palavras, tinham os militares das Forças Armadas, sobretudo do Exército, uma profunda influência naquilo que poderia ser chamado atualmente de processo de tomada de decisão, ou coisa do gênero. Isso não era acaso, mas fruto de uma educação ampla, política certamente e que era dada aos oficiais, fundada na indistinção com o meio universitário civil. Tal constituição de “mentalidade”, olhada pelo retrovisor da história pelo general Jheovah Motta, segue ao juízo de uma Academia Militar, implantada em 1810, que nasceu paisana, aos moldes da vida universitária europeia.

Também de todo estranhos eram os dispositivos sobre o regime escolar contidos na Carta de 1810. Com a sua destinação, a Academia, necessariamente, tinha que ser um internato, sob severas normas de disciplina militar. Ela ia ser responsável por uma aprendizagem que não se reduz a “conhecimentos” ou a “destrezas”, pois que deve abarcar, também, o campo da “aprendizagem afetiva”, aquela que condiz com os “hábitos”, os “interesses” e as “atitudes” sem os quais não se faz um soldado, e que somente medram e se robustecem num ambiente de corpo de tropa. Ao contrário disso lhe foi dado regime de externato, amolentado por frouxas regras disciplinares, aquelas mesmas encontráveis em qualquer estabelecimento civil de ensino (...) o fato é que no Estatuto não se veem aquelas normas que constituem um código de disciplina próprio dos ambientes militares. Assim, a Academia nasceu com um aspecto muito pouco militarizado: nada sobre uniforme, nada sobre formaturas e sobre as práticas da vida de um quartel (MOTTA, 2001, p.32).

Não era nada estranho, portanto, a presença de um Euclides da Cunha como resultado dessa formação “civil”, tão presente na cultura e política do país. Não é estranho até falar de intervencionismo militar na vida civil que, certamente, coloriu por muito tempo a história brasileira de diferentes formas e com variações de intencionalidade distintas (política, literária e artística de um modo geral), o que não é, convenhamos em insistir, nenhuma novidade em termos de história, dado ao caldo de cultura iluminista. Com a guerra do Paraguai essa representação já existente da alta cultura nacional e da vanguarda política “vertera sobre a corporação, apesar das inquietações civis, uma auréola de prestígio, os militares cobertos de glória, de trabalhos e cicatrizes” (FAORO, 2001, p.532) demonstrando ao carcomido Império português, nos últimos respiros de monarquia, a “convicção de que os homens de

farda, só eles, eram puros, são patriotas, enquanto os civis, os casacas, não passavam de políticos podres, corruptos, aproveitadores da miséria do país” (FAORO, 2001, p.540). Daí, todo um cenário estratégico será arquitetado para isolar os militares da vida política, pois, conforme Faoro, “havia, na verdade, uma mudança de orientação, preocupada repressivamente em afastar os oficiais do intercâmbio político” (FAORO, 2001, p.543).

Tal desarticulação tem seu ápice nas reformas dos anos 30 do século XX, realizadas pelo marechal José Pessoa, na Escola Militar do Realengo. Lemos abaixo, palavras extraídas de seu Diário.

O que o exército procura formar são mentalidades uniformes, e não personalismos. Resta-nos, entretanto, a esperança de que a mentalidade e os métodos atuais operarão, certamente, novas e homogêneas gerações (...) não sou político. Não quero ser. A nossa maneira de fazer política tem sido a gênese de muitas infelicidades para o país. (...) Ao assumir este comando, reuni mestres e cadetes, advertindo-os de que seria desaconselhável o trato de assuntos em desacordo com a disciplina militar, separando-me completamente dos políticos (CASTRO, 2012, p.119).

Antes, porém, das reformas do marechal José Pessoa que culminariam na criação da Academia Militar das Agulhas Negras, ocorrem, sistematicamente, mudanças graduais nas primeiras duas décadas do século XIX, de maneira que, se o marechal pode dizer em 1931, “Cadetes, vivamos, a partir desta data, a mentalidade de uma nova escola, da nova escola que vamos construir!” (CÂMARA, 2011, p.34), é porque um longo processo fora instaurado anteriormente. Lembro em contraponto que, durante todo o século XVII, em que pese precárias e claudicantes, houve forte intercâmbio quanto à formação de uma intelectualidade e, não é sem razão, que o alferes Tiradentes imbuído do iluminismo da elite mineira, participa ativamente da Inconfidência.

A história de nossa cultura científica, diz Fernando de Azevedo, pode-se dizer, pois, que teve suas origens na obra realizada pelo Marques de Pombal, na Universidade de Coimbra (...) colhendo, para a cultura moderna, uma plêiade de jovens brasileiros e treinando-os nos novos métodos de estudos e investigações (...) no Brasil, a teoria dos enciclopedistas, estimulada pelo exemplo recente da independência dos Estados Unidos (1776), havia exercido influência na Conjuração Mineira de 1789, que visava a emancipação nacional, sob um governo de forma republicana.

O “militarismo republicano”, como o designo aqui, anterior ao levante da Escola Militar em 1904 e, mais especificamente do hermetismo<sup>2</sup>, historicamente – como grupo político-intelectual – se posicionou contra os interesses da monarquia, melhor até, colidiu frontalmente contra o Império, por exemplo, no movimento abolicionista em que se posicionara contra a perseguição aos escravos<sup>3</sup>.

Com efeito, se não podemos falar numa *unidade* do pensamento republicano no interior do Exército como um todo, é possível falar contudo, na maior expressão daquilo que ficou conhecido na história posteriormente como *florianismo*, mal-comparando, ao “militarismo republicano” aqui nomeado. Não se trata, porém, de uma ode ao vanguardismo fardado, pois, o “militarismo republicano” está visceralmente atrelado a circunstâncias de ocasião<sup>4</sup> que relegavam ao Exército, estruturalmente, as maiores expressões do republicanismo como matriz de pensamento, um completo sucateamento de sua capacidade de mobilização combativa e alijamento de seus ícones do debate público, respectivamente.

Lembro como dado concreto, a profunda desmobilização<sup>5</sup>, que já vinha desde o fim da guerra do Paraguai e, talvez o pior fator agregado a ela, um profundo desprestígio vindo do Imperador ao pretender fazer da nascente Guarda Nacional um epíteto da novíssima aristocracia em armas brasileira, por meio de uma

<sup>2</sup>“Hermes da Fonseca pusera em cena uma força imprevisível, afastada do teatro das lutas políticas desde os tempos de Floriano Peixoto: o Exército. Dividido em duas facções, o Exército não era um corpo homogêneo. Enquanto um desses grupos, farto das disputas inter-oligárquicas, lutava por uma ação “moralizadora” para sanear a vida pública, a outra corrente propunha a abstenção em relação à política. Entre 1906 e 1912, várias turmas de oficiais foram enviadas à Alemanha para adestramento junto ao Exército daquele país. Conhecidos como Jovens Turcos (alusão aos oficiais de Mustafá Kemal), ao voltarem ao Brasil esses militares começaram a publicar, em 1913, a revista Defesa Nacional, onde faziam a apologia dos métodos utilizados pelo Exército alemão e criticavam a participação dos militares na vida política. Bertoldo Klinger e Euclides Figueiredo eram seus principais líderes”. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=652>. Acessado em 10 de novembro de 2014.

<sup>3</sup>Conforme o Clube Militar em 1887, “o Exército declara que a perseguição aos escravos não será decorosa ou digna, cabendo tal tarefa à polícia” (Faoro, 2001, p.549).

<sup>4</sup>“No início do século XX, havia, entre a maioria dos oficiais do Exército, um denominador comum: era o Exército Brasileiro uma Instituição atrasada, o armamento utilizado era diversificado dificultando a instrução e a manutenção, as instalações e os quartéis eram precários e eram baixos os orçamentos destinados a Instituição pelo Congresso Nacional”. In *Revista do Mestrado em História, Vassouras*, v. 13, n. 1, p. 31-52, jan./jun., 2011 *A Formação Profissional do Oficial do Exército Brasileiro na Primeira Metade do Século XX: a Influência dos Jovens Turcos, da Missão Indígena e da Missão Militar Francesa*, de Fernando da Silva Rodrigues.

<sup>5</sup>“O carisma militar devia ser poupado para evitar que provocasse lealdades no povo ciosamente conservado no adormecimento. A medida prática para o objetivo seria a desmobilização, rapidamente empreendida, reduzidos os efetivos, de 100.000 durante a conflagração, a 19.000 em 1871, declinando orçamento (para 40% em 1850 e 34% em 1872). O expediente repressor acentuou a solidariedade interna do Exército e, ao bloquear a sua expansão e ascensão social, forçou-o a criar valores novos, estranhos ao contexto comum, reivindicatórios e críticos” (Faoro, 2001, p.540).

distribuição maciça de títulos. Toda essa confluência de ultrajes, somada a formação republicana, coincide-se entrechocando-se, dando emergência a uma reação, daí o reacionarismo esclarecido, de sobrevivência quase instintiva – sem o sacrifício da própria inteligência – que o Exército levou para o campo da luta política e ao debate cultural, ao qual, diga-se, esteve sempre umbilicalmente ligado. Leva-se ao debate, portanto, os valores de um governo republicano tutelado pela ciência (positivismo) combinado com um afastamento expressivo dos *valores* de nobreza luso-europeia e uma recusa das oligarquias bem como do patrimonialismo latifundiário. Sim, esse é a matriz fundamental do pensamento militar brasileiro. Sigamos.

## O CURRÍCULO DAS ESCOLAS: REPÚBLICA E POSITIVISMO

Com a chegada da família real em 1808 ao Brasil, uma constatação deu-se por evidente, a saber, de que as forças militares aqui presentes eram extremamente frágeis e “os corpos de tropa eram poucos e bisonhos, mal instruídos, precariamente armados e, sobretudo, faltavam-lhes a articulação e o sentido de conjunto próprios dos organismos militares evoluídos” (MOTTA apud LIMA, 2001, p.40). Em decorrência da forte competição com colônias espanholas vizinhas, Portugal viu-se enredado na tarefa de criar um exército que fizesse frente aos desafios prementes da época em ebulição mercantil. Dessa forma, coube a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a cabeça mais lúcida, o braço mais enérgico dentre aqueles que cercavam D. João VI (MOTTA, 2001), a tarefa de organizar o exército. Nas palavras de Jehovah Motta:

Ora, entendia D. Rodrigo que um exército vale o que valem os seus oficiais, os seus comandantes. Homem autoritário, acreditando nas lideranças esclarecidas como sendo o segredo e a chave das ações coletivas, a formação profissional do quadro de oficiais afigurava-se-lhe peça básica da estrutura militar a ser montada. Daí a importância que deu a Real Academia Militar, para ele o fecho das providências a serem tomadas no sentido de reformar o exército e dar-lhe disciplina e instrução (MOTTA, 2001,p.17).

Motta salienta ainda que de Portugal vinham influências contrárias a criação da Real Academia, sobretudo porque para o partido português, os brasileiros, para se doutorarem, deveriam continuar atravessando o Atlântico. Além dessa resistência



que se impunha sob a pecha de um *purismo* português, há que se falar também naquilo que Trevisan cunhou como “ambiente hermético”, ou seja, o ambiente imposto pelos soldados da Companhia de Jesus desde os primeiros tempos da colonização que frustrava qualquer expectativa de um ensino militar consistente no Brasil (TREVISAN, 2011), de sorte que a prioridade era ensinar as “coisas da fé” em detrimento das “coisas da guerra”. Trevisan nos lembra, porém, que é fato, desde 1698, experiências de ensino militar naquilo que consistiu sobre o “Uso e Manejo de Artilharia” ministradas aos Condestáveis, os que tinham o encargo, nos navios e fortalezas, de arrumar os cartuchos e balas segundo o calibre, e Artilheiros da praça do Rio de Janeiro (TREVISAN, 2011). Braga refere-se ainda a data de 1699, quando da experiência de ensino por meio de um Curso de Artilharia, diz também que, já em 1793, a Casa do Trem (local de funcionamento da futura Real Academia) abrigava praças e oficiais das quatro armas (BRAGA, 2011, p.13).

É preciso pormenorizar a ausência de sistematicidade do ensino militar no Brasil com a ideia de que, de uma forma ou de outra, aulas esparsas eram ministradas, especialmente, de artilharia e seu manejo, uma vez que dentre essas *a-sistemáticas*, podemos falar mesmo da criação da “Academia Militar do Recife”, em 1788, onde se ensinava matemática de Belidor e de Bézout. Ainda:

Era destinada a militares ou “paisanos”, mediante petição, se aprovados em exame o qual confirmasse “se acharem previamente exercitados e expeditos na prática das quatro regras fundamentais da Aritmética”. Em 1795, foi acrescentada a “aula de geometria e, em 1809, a de Cálculo Integral, Mecânica e hidrodinâmica”. Os esforços pernambucanos para ensinar as “coisas da guerra” ainda no período colonial duraram até 1812 (TREVISAN, 2011, p.16).

Ressalvadas essas experiências remotas de formação militar somadas ao hermetismo católico no ensino, a empreita de D. Rodrigo torna-se uma missão hercúlea, mais, um trabalho “apesar de toda a resistência” como explicita Damásio (MOTTA apud DAMÁSIO, 2001). Mas, conforme Motta:

O fato é que a vontade de D. Rodrigo acabou vencendo todos os obstáculos e, aprovado o Estatuto em 4 de dezembro de 1810, já a 23 de abril de 1811 eram ministradas as primeiras aulas. O Brasil tinha então quatro milhões de habitantes. O efetivo das forças militares sediadas na Colônia podia ser calculado em quatro mil homens. Estávamos a doze anos da proclamação da independência (MOTTA, 2001, p.17).

## A ESCOLA MILITAR DA PRAIA VERMELHA

Os oficiais do fim do Império brasileiro eram formados na Escola Militar da Praia Vermelha, que era oriunda da antiga Academia Real Militar de 1810. A Escola Militar, por sua vez, dividiu-se posteriormente com o ensino de Engenharia Civil na histórica Escola Central, futura Escola Politécnica.

O historiador Boris Fausto (1994) pensa que essa separação com a engenharia foi mais formal do que real, uma vez que, com a entrada do positivismo na Escola Militar, esta, passou a ser um grande centro de estudos de Matemática, Filosofia e Letras, em detrimento, dizia-se, das disciplinas propriamente militares, daí a constatação do general Jehovah Motta linhas atrás.

Neste instante é oportuno um breve parêntesis sobre a Escola Militar da Praia Vermelha.

Com efeito, tratava-se essa Escola de um verdadeiro centro de excelência do pensamento brasileiro, pois, para se ter noção, basta lembrar o número de revistas científicas produzidas na Escola, entre elas, a Revista Fênix, que explorava desde as “ciências em geral”, passando pela “poesia científica”, até a “estética”, também, a Revista “Clube Acadêmico” que trabalhava academicamente, desde o pensamento filosófico de Leibnitz até a “evolução do cosmo”, além de debates sobre a “paz universal” em Kant. Cabe dizer, nesse mesmo parêntesis, que, em tempos de grande anseio por interdisciplinaridade nas escolas, em qualquer nível, a Escola Militar, àquela época, já seria um bom exemplo aplicado dessa prática pedagógica, mais ainda, nas palavras do mesmo Boris Fausto, o que verdadeiramente se produzia eram “bacharéis fardados”, intelectuais de toda sorte, pensadores que forjaram associados a outras forças sociais a própria República brasileira.

No que se refere a Marinha, trazendo para cá o pensamento de um oficial da época que dizia que “A Escola Naval era uma paráfrase da Escola Politécnica”, Fausto (1994) ainda lembra que, na Escola Naval, o aprofundamento teórico era excessivo a tal ponto que fez com que muitos alunos de lá saíssem sem ter dado um tiro de canhão ou lançado um torpedo.

Guardados os excessos dessa formação – da qual não faço culto nostálgico –, aparando ainda qualquer apologética que pode se depreender aqui, com efeito, não quero fazer um simples salve a esse período da história do Exército brasileiro, transformando-o, numa idade áurea cujas raízes seria preciso recuperar com a formação policial-militar atual, contrastando-o assim, por pura oposição, ao militarismo atual. Para ser (mais) franco, sequer sei até que ponto se pode usar esse termo “militarismo” no atual cenário com alguma propriedade singular ou axiológica, dado aos cortes, matizes e entorses locais que eventualmente sofreram, e continuam sofrendo, nas instituições que o operam, o que recomendaria falar-se em *militarismos*.

Mas reitero que, mesmo diante dessa dificuldade, não se perde a análise do engendramento de formação observado na Escola Militar em relação às formações que se seguiram com o advento do hermismo, no que se refere, especialmente, à representação de projetos de poder profundamente paradoxais com aqueles de Constant, o totem positivista, conforme nossa hipótese lançada na introdução. Portanto, longe de um saudosismo de retorno ao *eldorado*, não se trata esta empreita de uma aventura de resgate, que soa, *repito*, nostálgica para não dizer romântica, pensando agora no *Sertões* de nosso ilustre representante, oficial de artilharia, Euclides da Cunha. O que se pretende, todavia, é fazer enxergar um *sutil mecanismo*, uma engrenagem colocada em movimento para o advento da *sociedade de controle* nascente, e que, na Europa, bem antes (séc. XVIII) se havia articulado numa teia de multiplicidades instrumentais, ou melhor, de forças institucionais que buscavam, *repito*, o controle ao buscar *gerir* a sociedade como um todo e, dessa forma, *gerindo* a própria vida da população, biopoliticamente.

Com efeito, o que quero aduzir e marcar com essa desarticulação do pensamento intelectual forjado no Exército na formação levada a termo por Benjamim Constant, por meio da hoje, exagero, “anatemizada”, Escola da Praia Vermelha (aquela de “quadros políticos de altíssimo gabarito” que pensava os rumos da nação num projeto aberto de inserção profunda da democracia e do republicanismo) é um reordenamento de poderes pensado estrategicamente por uma ordem da então fisiocracia mercantil europeia, mais ainda, um reagrupamento dessas

macroagências de ordenamento econômico, de um verdadeiro reacoplamento de forças de mando social que, noutra extremo da proposta do soldado-cidadão, ou de um oficial intelectual, pretendeu, logrando êxito, desarticular esse movimento que, insistindo na imagem, para se ter ideia lutou com sucesso pela República no Brasil em 1889.

Assim, com tal desarticulação, espriar-se-ia na sociedade um profundo alheamento político em benefício do estatizante, ou seja, traduzindo em termos frankfurtianos, uma “alienação instrumental tecnicista”, uma era do fetiche técnico-profissionalizante em larguíssima escala por toda a sociedade, e que, não sem motivos, povoaria todo o corpo social no limite das subjetividades com uma ordem policialesca de controle internalizada na própria consciência individual, com uma sutil e contínua mudança que se operava, através de uma passagem da soberania monárquica para um governo sobre homens vivos, usando aqui (novamente) uma linguagem de Foucault.

Por mais conspiratório que os dois últimos parágrafos anteriores possam soar, o que estou querendo afirmar, aqui neste artigo, é que a formação do militar que fora obliterada por essa *arte de governar* nascente no Brasil em resposta ao advento da República – para nos apropriar agora definitivamente do arcabouço temático foucaultiano – coincidiu com um “reajuste de agenciamentos de poder”, principalmente o oligárquico, e transnacional tanto da fisiocracia europeia quanto do mercantilismo de balança comercial, cujos interesses eram puramente econômicos e, leia-se exatamente, modulado tal interesse econômico ao intento tático de liquidar movimentos de consciência treinada filosoficamente de qualquer estrutura organizada, sobremaneira, uma terrível ameaça como poderia ser uma tropa em armas criticamente orientada para a política e intelectualmente forte.

Na verdade, a figura desse soldado-cidadão que participava da vida política da *polis* emergia, com essa desarticulação, em benefício de uma consciência organizacional de centralidade de cúpula nas Forças Armadas, de Comando, que, num discurso de fachada, supostamente afastava-se de uma “caricatura do oficial político que corroía os ‘verdadeiros fins’ das forças armadas”, para, doravante, em prol de uma “profissionalização técnica” submeter, quadricular a vida, clivar o corpo

num conjunto de mecanismos disciplinares e protocolos rituais que “encarceravam” esse novo sujeito político despolitizado e, individualizando-o, encarcerava-o num “fazer-esquecer” de seu antigo hábito político de questionamento e participação na democracia livre. Pode-se dizer, inclusive, que esse processo descrito no último parágrafo foi feito à saciedade que já em 1920 regularmente (RDE) se proíbe no Exército a participação política em manifestações coletivas.

Por conseguinte, para não perder o prumo da exposição levada a cabo neste artigo, bom que se entenda que o apresentado até aqui diz que essa passagem entre formações do militar brasileiro teve nuances muito mais profundas do que aquelas que dividiram tarimbeiros e bacharéis, mais ainda, que a história oficial, num golpe, cristalizou como superação organizacional de um estado menos evoluído, bacharéis, para um estado de desenvolvimento organizacional numa esteira de progresso, com os técnicos e que, ainda, paralelamente, cauteriza no imaginário popular, aquilo que alguma crítica literária, nos famosos personagens de Lima Barreto, “forjou”, ao interpretá-los. Daí, eternizar o bacharelismo sob a forma de diletantismo vaidoso dos homens de farda, grosso modo, traduzindo, no limite, como mero vagabundeio de homens que não contribuía com seus “ofícios” para o futuro do país, daqueles que, ao invés de pensar a estratégia da guerra, ficavam filosofando. Pronto, todas as justificações estavam construídas para o desterro do pensador, agora, profissional competente.

Usei algumas noções que não foram explicadas, de sorte que é justamente nesse ponto de atar pontas soltas que quero continuar, a saber, nessa dicotomia (tarimbeiros X bacharéis), que culminou no desfacelamento da formação pré-1904, gerando, após a Revolta da Vacina, sim, na “insuspeita” Revolta da Vacina, um grande redirecionamento da formação nas Forças Armadas, e que, incontinenti, trouxe às polícias o modelo de militarismo que fora empregado, não sem alguns desdobramentos, é claro, nas escolas de formação policial-militar, sobretudo na Força Pública paulista.

## A FORMAÇÃO CONSTANTINIANA E O INÍCIO DA DESARTICULAÇÃO

Duas histórias sintomáticas ilustram o cenário dicotômico, aludido acima, que quero desenhar para encerrar este tópico da exposição. A primeira delas, a saber, que na condição de aluno da Escola Militar, durante uma revista à tropa, Euclides da Cunha atirou sua espada aos pés do Ministro da Guerra, Tomás Coelho, em flagrante manifestação pela República, então sufocada pela monarquia sôfrega. “Impactada” com o grau de intensidade da manifestação, buscou a Escola atribuir àquele ato de legítimo ardor político à “*fadiga por excesso de estudo*”, dessa forma, acobertando o manifestante. Entretanto, o jovem Euclides negou-se a aceitar a defesa formal da Escola e, sem pestanejar, reiterou suas convicções republicanas, e é preciso dizer por fim, que fora excluído posteriormente.

A segunda história nos é narrada pela verve de Nelson Rodrigues (2012, p.45) e o excerto que nos ajuda aqui, versa sobre uma discussão real ocorrida nos princípios da República entre o Senador gaúcho Pinheiro Machado (que interrompera seu curso na Escola Militar para lutar na Guerra do Paraguai e posteriormente cursou direito na USP) e o nosso maior intelectual à época, Rui Barbosa. Vejamos:

E já me ocorre um incidente parlamentar que ouvi contar na minha infância. Era no velho Senado. Pinheiro Machado está na tribuna. Fala, fala com a nobre insolência gaúcha. Mais adiante está Rui Barbosa, “o maior dos brasileiros vivos”. De repente Pinheiro Machado diz: — “Se eu me manter”. Rui cortou, com triunfante crueldade: — “Decerto Vossa Excelência quer dizer ‘mantiver’.” A Lambada doeu na carne e no brio do caudilho. Vacila ou nem isso; deu a resposta fulminante: — Vossa Excelência pode-me corrigir; e é bom que o faça. Pois, enquanto Vossa Excelência aprendia a falar certo e bonito, eu matava e morria na Guerra do Paraguai”. [grifos nosso].

Essas duas histórias apontam “discretamente” para uma dicotomia profunda entre a camada intelectual engajada politicamente, imbuída à própria pele na ação republicana como vimos no *insurreto* Euclides da Cunha, e outra, representada na figura de Pinheiro Machado que, em que pese não ser um tarimbeiro de fato, representa o caldo constitutivo de um conjunto de oficiais, que, embora distantes de afinidades intelectuais ou teoréticas, pode-se dizer, uniam-se por um fenômeno que dava passos fortes e jamais, a partir de seu alvorecer, desprender-se-ia da cultura

organizacional do universo militar, isto é, a formação do *espírito de corpo*, de maneira que, foram os tarimbeiros – então experimentados por experiências comuns na guerra – a fortalecer essa noção nascente.

Pode-se dizer, com efeito, que, se a união dos bacharéis se dava num plano intelectual, a dos tarimbeiros eram cultivadas na experiência em comum vinda da crueza na guerra do Paraguai. Não que os bacharéis não tivessem lutado na Guerra, a questão que subsistia, no entanto, é que para os tarimbeiros a guerra era um elemento de agregação de valor, de valorização e enlevo de um caráter guerreiro que condicionava o espírito à terra amada, a um “abstracionismo de matriz moralizante”, ademais, representava, como podemos ver em Pinheiro Machado, um argumento em qualquer discussão, no mais das vezes, operador psicológico de legitimidade vocacional, quem sabe até, uma espécie de *salvo-conduto* da honra.

Diferentemente, para os bacharéis, a guerra estava encerrada num jogo tacanho de vontades escusas, cujo sangue derramado, ainda que do inimigo, não custeava um alardeado acréscimo de honra, como o era para os tarimbeiros. Do contrário, deflagrava uma espécie de aporia do pensamento sobre a natureza humana vinda de uma possível incapacidade estruturante do homem para a paz, e da qual pretendia se livrar com o auxílio da razão, tudo isso, catequismo positivista. Em outras palavras, uma incapacidade colorida *hobbesianamente* que se buscava escapar, primitiva, sádica e animalesca, assim sendo, motivo não de orgulho, mas de desapeço. Em suma, uma ferida cuja prevenção valia bem mais que sua extensão e profundidade.

Teoricamente, o que se inicia com esse processo, tanto de um lado quanto de outro, em diferentes graus, com o advento desse *espírito de corpo*, é aquilo que Goffman nomeou como “instituições totais”, ou seja, essa *panoptização* da vida conforme o estatuto experiencial dos *membros-em-comum*, analogamente, aos laços manicomiais em confinamento entre débeis mentais (pessoas acometidas de sofrimento psíquico) e nos conventos entre religiosos em submissão absoluta, todas as ligações beiram a uma mística de uma transcendência que escapa à linguagem e reside *catastrofizada* numa experiência partilhada somente entre os submetidos, ainda e somado a isso, onde qualquer espaço de liberdade mantém-se preso a um estado

constante de vigilância e controle ininterruptos, multilaterais e incansáveis, no que conhecemos de melhor exemplo, a distopia no famoso livro de George Orwell, 1984.

Discutida a dicotomia que colapsa a desagregação dessa formação militar “constantiniana” — batizemo-la finalmente agora —, é hora de chegar ao ponto culminante de inflexão, a saber, a *Revolta da Vacina*, cujo ideário e desdobramento serão discutidos no próximo tópico.

### O IDEÁRIO REPUBLICANO NA REVOLTA DA ESCOLA E A DESARTICULAÇÃO FINAL DA FORMAÇÃO REPUBLICANA (CONSTANTINIANA)

Para entender, porém, o que está por trás da Revolta da Vacina, esse momento histórico brasileiro que corre em paralelo à Revolta que queremos, de fato, investigar com alguma detença, a saber, a *Revolta da Escola Militar da Praia Vermelha* em 1904, é preciso situar a primeira Revolta, isto é, a da Vacina, num cenário que nos permita traçar as devidas análises em perspectiva com a *Revolta da Escola*.

Por conseguinte, para que a visada em perspectiva tenha êxito, é preciso fazer um recuo, aliás, um *marcar-passo* para orientações em curso da marcha que se seguirá depois, marcha que nos imporá esse desvio necessário por sendas aparentemente distantes com o cerne da questão para o tópico, ou seja, a *formação* e a *dissolução* do militarismo constantiniano.

### UM RECUO METODOLÓGICO: BIOPOLÍTICA E NORMALIZAÇÃO SEGUNDO MICHEL FOUCAULT

Sugeri linhas atrás que o processo de desarticulação da formação militar ampla, filosófico-científica e política do oficial, correspondendo àquilo que batizei de formação constantiniana, deu-se por meio de uma *série* de intencionalidades macroeconômicas que tinham sua origem na fisiocracia e no mercantilismo de balança, e nesta análise, sigo Foucault.

Sinto dizer que, dada à urgência da discussão, não será possível desencadear uma investigação de *como* esses dois processos laterais (fisiocracia e balança



comercial) da ordem do Estado puderam, na Europa, promover todo um conjunto de alterações na forma de conduzir as nações naquilo que Foucault nomeou como uma passagem entre o *poder soberano sobre o território* para o *governo político sobre a população*.

Por conseguinte, é *nessa* tênue e insuspeita passagem, demanda de articulações em torno de uma mudança do estatuto político das *monarquias absolutas* para as *aristodemocráticas*, que tal maquinaria fora trabalhada, dentre outras, por uma grande “tecnologia política”, a saber, a Polícia, daí, a necessidade desta ser militarizada.

Com efeito, sem querer antecipar demais, irei falar adiante de como o *Estado Policial* fora pensado para proceder essa transição de *domínios de poder* baseando-se no ensino e como ela, a polícia, atravessou toda a população, primeiro, através de *mecanismos disciplinares*, depois com *dispositivos de segurança*, todos eles intensificando *práticas de si* forjando maneiras de viver e, no mais das vezes, transformando a própria vida num real jogo de poder, mas estou me adiantando demais para o momento.

Por ora, o que quero falar situa-se acerca daquilo que Foucault chamou de “*técnicas de normalização*”, especificamente, para reforçar a ideia de que a desarticulação da formação constantiniana e o advento do “*militarismo fabril*” postulado como “*progresso técnico*” estão umbilicalmente associados a uma *história da governamentalidade* que a anima, sim, a uma nuance de interesses, cuja tática performativa serve de estratégia quase *demiúrgica* para acomodar novas “produções de verdade” exigindo, assim, a alteração dos regimes de atuação política na sociedade, como também e conseqüentemente um redirecionamento da lógica operativa de ação política no interior das instituições de controle social, sobretudo nas Forças Armadas à época.

Como precaução, mais uma vez, o que insisto chamar à visão neste recuo, é o descolamento de intenções que ocorre nessa *passagem* de um modelo para o outro de *militarismos* nas Forças Armadas, onde o segundo momento constitui a apropriação que será transplantada para as polícias posteriormente, *ou melhor*, de entender como ocorre essa *tradução* de poderes do mundo político-econômico para uma

intencionalidade que a provoca, isto é, de *como* torna-se *acontecimento* nesse intercurso de formações, momento em que se altera a frequência que modula o desejo de pertença institucional dos militares e que força a produção de um regime de verdade até então inexistente, que “sub-repticiamente” se amalgama com as Forças Armadas, consolidando, dessa forma, uma específica maneira de comportamento no oficialato, produto esse, por sua vez, de uma formação que encontra num arcabouço de *tradições inventadas*, num conjunto ritual, protocolar, de um veio aristocrata de berço, estético e entre outras maneiras, sua própria condição de origem e de autoentendimento profissional, de uma relação firme de *autorreconhecimento* de si para si com uma *verdade-ideal* que alimenta seu caráter, uma verdadeira *forja* no sentido próprio da palavra, que vem viabilizar sua crença firme a uma ancestralidade cultuada em forma de “*espírito militar*”, leia-se, embotamento, engodo, fraude.

Vê-se, *grosso modo*, que o militarismo nascente tem um contorno quase místico para seus pertencentes. Sem desdobrar por essas sendas, creio, por ora, que todo esse processo de embotamento da *consciência crítica* e aliciamento para uma *consciência mágica* será convocado a falar quando cito as tradições inventadas pelo marechal José Pessoa.

Com efeito, o recuo que quero concluir, sem saber como nessa altura, está ligado a como esse processo intencional (político-econômico decerto) de *passagens* entre formações venha nos parecer plausivelmente coerente ao que temos lançado por hipótese desde a introdução. Para isso, quero pensar com Foucault naquilo que posteriormente veio chamar-se de “*história da governamentalidade*”, como já dissemos aqui (e veremos mais à frente esse contexto com mais cuidado) e, a certa altura, quando Foucault no interior de um desdobramento analítico dá o nome de “*variolização*”, sim, você leu corretamente, *va-ri-o-li-za-ção*, carregada naquilo que chamou de “*técnica de normalização*”, que (também) fora levantada anteriormente acima...

Ora, perceba que de relance pode-se ver sorrateiramente uma tênue ligação com a história da *Revolta da Vacina* ou seria então mera coincidência acidental?

Sem rodeios, vamos a um texto de Foucault:

Ora, o que havia de notável na variolização, mais na variolização e de uma maneira mais clara do que na vacinação, era que a variolização não procurava tanto impedir a varíola quanto, ao contrário, provocar nos indivíduos que eram inoculados algo que era a própria varíola, mas em condições tais que a anulação podia se produzir no momento mesmo dessa vacinação, que não resultava numa doença total e completa, e era se apoiando nessa espécie de primeira pequena doença artificialmente inoculada que se podiam prevenir os outros eventuais ataques da varíola (FOUCAULT, 2009, p.78).

Na mesma página Foucault arremata dizendo que:

Temos aqui, tipicamente, um mecanismo de segurança que possui a mesma morfologia que observamos (...) ora, creio que através dessa prática tipicamente de segurança vemos esboçar-se um certo número de elementos que são importantíssimos para a posterior extensão dos dispositivos de segurança em geral (...) o dispositivo de variolização-vacinação vai consistir em quê? Não, em absoluto, em fazer essa entre doentes e não-doentes. Vai consistir em levar em conta o conjunto sem descontinuidade, sem ruptura, dos doentes e não-doentes, isto é, em outras palavras, a população, e em ver nessa população qual o coeficiente de morbidade provável, isto é, o que normalmente é esperado, em matéria de acometimento da doença, em matéria de morte ligada à doença, nessa população (FOUCAULT, 2009, p.78).

Por conseguinte, o que quero suscitar com essas passagens um tanto sibilinas em Foucault – somadas pela minha inépcia mental em traduzi-las à altura de uma fácil compreensão –, é que inexoravelmente no início do século XIX estava em curso no Brasil *exatamente* o fenômeno diagnosticado pelo próprio Foucault (linhas acima), isto é, a transformação, ou o privilégio, que uma *arte do governo* baseada em múltiplos saberes, como a *estatística* e a *saúde pública* associadas à instrumentalização da vida. Pois, conseguiam projetar na massa, outrora *pastoreada* pela Igreja e caso a caso pelo Imperador, coações, ou melhor, intervenções na maneira de viver da população, transformadas agora, em vidas como meros índices em gráficos, mais apropriadamente na linguagem de Foucault, sutis *curvas de normalidade* num cálculo preciso que, ao invés de tratar o sujeito na sua especificidade e, até mesmo, na sua dignidade, coligava-o a um corpo previamente distribuído, contabilizado e controlado num território, onde o que importava, não era a saúde do sujeito, mas o controle de uma curva diferencial entre o que seria a normalidade padrão entre mortos e sobreviventes durante uma epidemia, por exemplo.

Portanto, um governo digno dessa *arte* não poderia mais pastorear seus súditos tal qual se exigiria num reino, agora os governaria por múltiplas *seriações de controle*, numa produção intensa de normalidades, de *curvas de plausibilidade*, pois não interessa se o *sujeito de nome próprio* morre ou não, trata-se de saber se ele estava dentro do cálculo estatístico mensurável que tolerava sua morte num quadro padrão de mortalidade.

Nota-se, até com certa obviedade, que um governo não poderá trabalhar de forma alguma com sujeitos nos parâmetros de conformidade a uma República, esta, também digna desse nome: com instituições cozinhadas na cultura do debate livre. Para sermos mais precisos então, não poderá tolerar agenciamentos coletivos que estejam fora, ou à margem, (*desterritorializado*, diria Deleuze) de um controle que opera *sobre* a vida ou *sobre* o significado acerca dela, de sorte que, fica a pergunta que termina este brevíssimo recuo e abre uma inquietação, que tentarei suprimir ao final deste texto: como poderia então suportar o governo tal agenciamento se sua ausência é a condição de sua plena implementação? Como tolerar, ainda, se o aparelho rebelde era justamente aquele responsável em promover partes desse assujeitamento social, seja através da manutenção da defesa da soberania nacional (Forças Armadas), seja da ordem interna (polícias)?

## O LEVANTE E A QUEDA

Agora, poderemos voltar a “*Revolta da Escola*”. Castro nos diz que “em 1904, no contexto da revolta popular que eclodira poucos dias antes no Rio de Janeiro em oposição à Lei de Vacinação Obrigatória contra a Varíola (...), um grupo de jovens oficiais do Exército (...) protagonizou uma tentativa de golpe de Estado” (2012, p.29).

A motivação dessa tentativa de golpe vem sendo pintada neste texto já a algumas linhas atrás, uma vez que nessa ocasião histórica, definitivamente, ganha correspondência fática, real, onde o movimento conhecido como a “*Revolta da Escola Militar*” tinha na figura de seu líder intelectual, o tenente-coronel licenciado para o Senado da República Lauro Sodré<sup>6</sup>, constantiniano convicto, o ideal representativo

---

<sup>6</sup> Vale lembrar também que Lauro Sodré era líder do Partido Republicano Federal.

do republicanismo brasileiro, que, naquela altura, isto é, há menos de 15 anos da Proclamação, encontrava-se (o republicanismo) como projeto nacional completamente em frangalhos, sufocado por uma política em ascensão no Brasil, ou seja, a política nacional oligárquica, que também já suscitamos anteriormente.

Salienta-se ainda que o próprio antropólogo Celso Castro, afirma que a Lei da Vacinação obrigatória contra a Varíola era o “*pretexto que faltava*” para o levante insurgir-se. Ainda mais, se considerarmos a *normalização* foucaultiana, no processo *variolização-vacinação*, como “dispositivo de segurança” numa “arte de governar” a serviço do Império.

Com efeito, pode-se entender o levante da Escola absorvendo os efeitos dessa “política de governo” irradiando, dessa forma, um *contramovimento* resistente. Ademais, vale o tom de cautela em dizer que não quero aqui dar a Lauro Sodré – e outras lideranças do movimento – a antevisão de um processo obsequioso, e quase silente, como o foi essa transição de passagens de ensino e, sobretudo, o assalto às instituições e as subjetividades pela República nascente. Vale lembrar ainda que, era nesse cenário biopolítico, o solo perfeito para a ditadura varguista, aliás, mentora, através do então coronel José Pessoa, da AMAN aos moldes que a conhecemos hoje, altamente profissionalizante.

Com efeito, o que pretendo aqui, todavia, é instaurar uma espécie de “quadro sintomático” tornando possível ler o nascimento dessa Revolta como ocorrida, gestada, a partir dos militares republicanos, melhor até, como signo e resistência que tem origem numa formação intelectual constantiniana, sobretudo, em prol dos ideais republicanos, em que pese o fato, a ser ressaltado também, que qualquer luta “político-partidária”, especialmente no cenário estudado, está enredada a disputas pessoais por espaços de poder, o que bem poderia, possivelmente, ser o caso de qualquer um dos *idealistas*.

Mas vejamos a seguinte passagem que esclarece os interesses envolvidos.

O levante da Escola Militar teve na revolta popular contra a vacina um pretexto. A aderência ao movimento popular provavelmente cativou alguns revoltosos. Mas havia outros interesses e propósitos envolvidos na deflagração do movimento. Lauro Sodré, figura-chave para sua eclosão, era também líder do Partido Republicano Federal, que reunia as oposições de todos os estados à *política dos governadores*. A política nacional oligárquica do início do século XX facilitava a emergência de descontentamento por parte daqueles políticos que não tinham

acesso direto ao poder. Assim, a deposição do presidente da República e a tomada do cargo por Lauro Sodré representava uma tentativa de modificação da ordem política vigente, num contexto de disputa de grupos políticos intraelites (CASTRO, 2010, p.48).

Vê-se que a Revolta da Vacina é mero pretexto, para que fosse deflagrado os anseios políticos de amplo setor da Escola Militar.

Em 5 de novembro foi fundada a Liga contra a Vacina Obrigatória, sob a presidência de Lauro Sodré, em reunião ocorrida no Centro das Classes Operárias (...). O Apostolado Positivista também se manifestou fortemente contrário à lei (...). No dia 10 de novembro, discursando no Senado, Lauro Sodré justificava “a campanha de resistência à lei arbitrária, iníqua, absurda, monstruosa” (CASTRO, 2010, p.35).

Nas palavras do próprio Lauro Sodré, discursando no Senado:

Não vejo nessa lei senão o abastardamento do regime republicano convertido nesse produto teratológico que aí está, regime da liberdade em que imperam os tiranos; regime da igualdade em que predominam os mais odiosos preconceitos, convertendo muitos dos nossos estados em propriedades de famílias dinásticas quase fora do Direito Penal (...) (CASTRO apud LOBATO FILHO, 2010, p.35).

Tínhamos, portanto, na Revolta da Vacina um engendramento político muito mais profundo, ligado à ideia de refundação da República, arrisco aqui, centrada em princípios positivistas e iluministas. Havia, com efeito, clara oposição à política dos governadores, a conhecida política oligárquica do início do século XX que, aliás, prevalece ao movimento, se estendendo até Vargas, considerando dois pontos para tal: o sufocamento do movimento e, nossa tese aqui, a mudança de concepção de ensino militar, com os *joventes turcos* e as maciças missões francesas. Sintoma maior foi o choque de dois generais nesta Revolta, “Travassos e Costallat – um revolucionário, o outro legalista. O primeiro foi morto desafiando o governo vigente; o segundo, processado (e finalmente absolvido)” (CASTRO, 2010, p.48).

## DA FORMAÇÃO REPUBLICANA À FORMAÇÃO FABRIL: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início das reformas o ensino militar então voltado para o desenvolvimento da construção do pensamento volta-se para o ensino em massa, para a educação dos corpos de tropa, com coordenação motora fina, elevada precisão

nos procedimentos técnicos que se funda na manualística. Saem de cena, os Sodrés, os Euclides, para o advento dos tecnocratas, curiosamente e por ironia, para suplantar o positivismo. Grosso modo, da ética à estatística.

Espero que as indicações históricas contidas aqui não sejam curiosidades de antiquário, ou que as análises em Foucault, estejam orientadas ideologicamente. Quero deixar, por fim, um último ponto de torção, dentre as inúmeras idas e vindas feitas até agora, a de que Foucault pode não ter razão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 - 1964): declínio ou permanência?. **Revista Esboços**, Santa Catarina, n. 20, v.15, p.245-273, 2008.

BRAGA, Gustavo Lisboa. **Da casa do trem à AMAN**. Rio de Janeiro: Bibliex. 2011.

CÂMARA, Hiram de Freitas. Marechal José Pessoa: o ideal do Cadete de Caxias. **Revista do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, v. 147, p.33-53, 2011.

CASTRO, Celso. **Exército e nação: estudos sobre a história do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder, formação do patronato político brasileiro**. 3.ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP. 1994.

FILHO, Virgílio Corrêa. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 3: O cuidado de si**. Ed. Graal - RJ, 1985.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Ed. Forense Universitária - RJ, 1987.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**. Ed. Martins Fontes - SP, 1992.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Jorge Zahar - RJ, 1994.

\_\_\_\_\_. **Resumo dos cursos de college de france 1970-1982**. Ed. Graal - RJ, 1994.

\_\_\_\_\_. **O homem e o discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

\_\_\_\_\_. **A mulher e os rapazes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Ditos & escritos. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Vol. I. Ed. Forense Universitária - RJ, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.



LARROYO, Francisco. **História Geral da Pedagogia**. Mestre Jou. 1974, Tomo II.

MONTEIRO, Ubaldo. **A Polícia de Mato Grosso**. Cuiabá: Iomat, 1985.

MOTTA, Jehovah. **A formação do oficial do exército**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

PÓVOAS, Lenine. **História da cultura matogrossense**. Cuiabá, 1982.

RODRIGUES, Fernando da Silva. A Formação Profissional do Oficial do Exército Brasileiro na Primeira Metade do Século XX: **a Influência dos Jovens Turcos, da Missão Indígena e da Missão Militar Francesa**. *Revista do Mestrado em História*, Vassouras, MG, n. 1, v.13 p. 31-52, jan./jun. 2011.

RODRIGUES, Nelson. **O óbvio ulutante: as primeiras confissões**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A ofensiva reacionária**. São Paulo: Bertrand, 1992.

TREVISAN, Leonardo. **Obsessões patrióticas, origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.

WEIGLEY, Russel F (Org.). **Novas dimensões da história militar**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981. (v.19 e 20).